



INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION  
ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL CAFÉ  
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ  
ORGANISATION INTERNATIONALE DU CAFÉ

ICC 103-9

25 setembro 2009  
Original: português

P

Conselho Internacional do Café  
103<sup>a</sup> sessão  
23 – 25 setembro 2009  
Londres, Inglaterra

## **Comunicação do Brasil**

### **Antecedentes**

O documento que se reproduz a seguir está sendo distribuído por solicitação da Frente Parlamentar do Café que integra a delegação do Brasil.

### **Ação**

Solicita-se ao Conselho que note este documento.

## COMUNICAÇÃO DO BRASIL

Senhor Presidente,  
Senhores Embaixadores e Altos-Comissários,  
Distintos delegados dos países importadores e exportadores  
e especialmente o Vice-Ministro da Agricultura do Brasil,  
Senhoras e Senhores,

Recebam os cumprimentos do Congresso Brasileiro e dos milhares de cafeicultores do Brasil.

O processo de ratificação do novo Acordo Internacional do Café (AIC), assinado em 2007, levou o Congresso Nacional e a sociedade brasileira a empreenderem amplo processo de avaliação desta Organização e de sua contribuição para a cafeicultura mundial.

A análise em curso pelo Congresso brasileiro tem levado em conta os resultados alcançados no âmbito da OIC ao longo das últimas duas décadas, bem como a capacidade do novo Acordo de atender aos anseios da cafeicultura nacional.

O fim das cláusulas econômicas da OIC e do sistema de cotas resultou na liberalização do mercado internacional, aumentando a competição entre exportadores. No caso do Brasil, todos devem se recordar, implementou-se política liberal quanto à comercialização externa.

Entretanto, a suposta liberdade de mercado não gerou os resultados esperados. Se, por um lado, foram liquidados os estoques reguladores nos países produtores, criaram-se novos estoques nos países importadores, transferindo a eles o poder de formação de preços e acentuando o desequilíbrio entre uma oferta pulverizada e uma demanda oligopolizada.

Assim, enquanto, nos anos 1980, a participação da matéria-prima no valor do produto final representava cerca de 30%, hoje, essa relação é inferior a 15%, chegando a anos anteriores a 7%. Longe de resultar na conformação de mercado equilibrado, a liberalização acarretou maior concentração de poder econômico e empobrecimento dos produtores.

A comercialização do café a preços abaixo do custo de produção não tem permitido a remuneração da atividade produtiva e a reposição das lavouras, elementos essenciais para a sobrevivência do setor. O descasamento entre os custos de produção e os preços praticados pelo mercado mundial geraram expressivo endividamento de substancial parcela dos cafeicultores, em especial os pequenos produtores.

O surgimento de mercados de futuros e derivativos do café, apesar de oferecer instrumentos para proteção cambial, produziu especulação, depressiu preços e acentuou a volatilidade. Verificou-se, paralelamente, elevação do custo dos insumos, como o preço da terra, mão-de-obra e fertilizantes.

A desvalorização da moeda norte-americana, na qual são cotados os preços do produto, contribuiu para o agravamento da crise do café nos países produtores, gerando deterioração do poder de compra.

Face à crise da cafeicultura mundial, a colaboração multilateral no âmbito da OIC não tem sido capaz de produzir resultados consistentes quanto à sustentabilidade econômica da produção mundial de café. Observa-se crescente frustração por parte dos países exportadores, no que diz respeito aos benefícios concretos gerados pela Organização.

A OIC, com sua longa experiência, tem de avaliar a presente conjuntura do setor cafeeiro e empreender as mudanças que se fazem necessárias, a fim de servir, de fato, aos cafeicultores dos países produtores. A Organização deve ter a determinação e a coragem política de enfrentar os reais desafios da economia cafeeira mundial, o que significa não se furtar a discutir o principal tema de interesse dos produtores, ou seja, preços remuneradores.

Senhoras e Senhores,

Por meio do AIC 2007, a OIC deve sinalizar uma mudança de rumos quanto à defesa dos reais interesses da cafeicultura mundial, e um novo paradigma na colaboração entre países produtores e consumidores.

Existe margem, no âmbito do marco jurídico do novo Acordo, para o fortalecimento das atividades da Organização no que diz respeito à sustentabilidade econômica.

A discussão da Estratégia de Desenvolvimento para o Café, do Plano de Ação Estratégico para o período de 2009 a 2014, e do Programa de Trabalho da Organização para o ano cafeeiro 2009-2010, à qual vamos dar início nesta Sessão do Conselho, constitui a conjuntura ideal para redefinição das prioridades da Organização, com maior enfoque em temas econômicos.

Devem ser privilegiados, entre outros, o aumento da participação dos países produtores na cadeia de valor agregado do café, a identificação e eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias e de práticas que prejudicam a agregação de valor como a escalada tarifária, bem como a criação de mecanismos de financiamento que permitam aos produtores retomarem o controle do processo de formação de preços.

Conclamo os Governos aqui representados a empreender uma revisão de suas posições quanto ao efetivo apoio à sustentabilidade econômica da cafeicultura mundial, uma vez que a colaboração entre os países produtores e consumidores é de fundamental importância para que possamos criar uma agenda efetivamente construtiva na busca de uma conjuntura favorável para todos que fazem do café sua atividade principal.

O Governo brasileiro está pronto para cooperar com os demais Membros da OIC para esse fim. A prosperidade econômica do produtor é o melhor caminho para chegar à sustentabilidade da cafeicultura mundial, incluindo seus pilares social e ambiental.

Muito obrigado.